

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O  
PROJETO DE LEI N. 17/2024, DO EXECUTIVO MUNICIPAL,  
QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DA LEI  
ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO – LDO PARA O EXERCÍCIO DE 2025, EM  
ATENDIMENTO AO ART. 48, § I da LC 101/2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE  
FISCAL E AOS ARTIGOS 43, II E 44 DO ESTATUTO DA CIDADE  
REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2024**

Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, no Plenário “Vereador João Raposo Rezende Filho”, da Câmara Municipal de Santo André, reuniram-se às **dez horas**, o vereador Valter Luiz da Silva (Vavá da Churrascaria), que presidirá a Audiência Pública; os vereadores Ricardo Alvarez (Ricardo Alvarez) e Márcio Colombo (Márcio Colombo); o Sr. Pedro Henrique Ruiz Seno, Secretário de Gestão Financeira da Prefeitura Municipal de Santo André; o Sr. Edgar Brandão Júnior, Secretário Adjunto de Gestão Financeira da Prefeitura Municipal de Santo André; a Sra. Rosimary de Moraes Silveira, Diretora do Departamento de Orçamento e Planejamento da Prefeitura Municipal de Santo André; o Sr. Mário Augusto Matiello Simões, Diretor do Departamento de Cultura e Gestor Municipal de Convênios da Prefeitura Municipal de Santo André, para Audiência Pública para debater o Projeto de Lei n. 22/2023, do Executivo Municipal, que dispõe sobre as Diretrizes Gerais para Elaboração da Lei Orçamentária do Município de Santo André. CERIMONIAL – A Audiência está sendo transmitida ao vivo pelo canal TV Câmara Santo André do Youtube e as perguntas do público podem ser direcionadas no decorrer desta Audiência para o e-mail: [eventos@cmsandre.sp.gov.br](mailto:eventos@cmsandre.sp.gov.br). Inicialmente o Sr. Edgar Brandão Júnior agradece a presença de todos e se coloca à disposição, no decorrer da Audiência, para esclarecer quaisquer dúvidas que possam ocorrer. Em seguida a Sra. Rosimary de Moraes Silveira, Diretora do Departamento de Orçamento e Planejamento, começou ilustrando a fundamentação legal que é constituída pela Constituição Federal artigos: 165 e 166; Lei Federal nº 4.320/64; Lei Orgânica do Município artigos: 128, 129, 130 e 131; Lei Complementar nº 101/ 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e Manual de Demonstrativos

Fiscais 2023 - 14ª edição - Ministério da Economia/ STN. Mencionou que a LDO faz a conexão entre o planejamento de médio prazo, representado pelo PPA e as ações políticas necessárias no dia-a-dia, concretizadas no orçamento anual. O PPA é elaborado no primeiro ano de cada governante, sendo assim a cada quatro anos, dando início a sua vigência no 2º ano do mandato do prefeito e se estendendo até o 1º ano de mandato do prefeito seguinte, o PPA atual tem vigência para o período de 2022-2025. Em seguida, falou da Lei Orçamentária Anual (LOA), que traz de forma detalhada as prioridades que serão implementadas e executadas pelo poder público em cada ano, enquanto a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreende as metas e prioridades da administração pública, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dispõe sobre as alterações na legislação tributária. A LDO busca um alinhamento entre objetivos e realidade, ajustando as ações do governo ao que realmente é possível fazer com base no orçamento previsto, ou seja, busca a compatibilização das diretrizes, os objetivos e as metas da administração estabelecidos no Plano Plurianual (PPA) e no plano de metas com a LOA. É composta pela estrutura e organização do orçamento, diretrizes para elaboração e execução do orçamento, despesas com pessoal e encargos sociais, anexo de prioridades e metas, previsão de alterações na legislação tributária e anexo de metas e riscos fiscais. Apresentou as premissas que são as projeções macroeconômicas, inflação IPCA e a estimativa do crescimento do PIB, comportamento da arrecadação e valores previstos no PPA. Sobre o plano de metas, explanou que ele consolida as propostas de campanha e apresenta os principais compromissos da administração municipal para melhoria dos equipamentos e serviços públicos oferecidos à população. A seguir, ilustrou o quadro de resumo da administração direta e indireta que apresenta um total de orçamento fiscal de R\$ 4.930.000.000,00 (quatro bilhões, novecentos e trinta milhões de reais), sendo que a administração direta corresponde a R\$ 3.914.000.000,00 (três bilhões, novecentos e catorze milhões de reais), representando 79,39% e a administração indireta um total de R\$ 1.016.000.000,00 (um bilhão e dezesseis milhões de reais) representando 20,61%. Apresentou o detalhamento dos repasses financeiros do tesouro no total de R\$ 161.000.000,00 (cento e sessenta e um



milhões) sendo distribuídos os valores da seguinte forma: R\$ 111.000.000,00 (cento e onze milhões de reais) para a Câmara Municipal de Santo André, R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) para a Fundação Assistência à Infância de Santo André – FAISA, R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para o Instituto de Previdência de Santo André – IPSA e R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para o Serviço Municipal de Saneamento Ambiental – SEMASA. Depois explicou o quadro da composição da receita por categoria administração direta totalizando R\$ 3.914.000.000,00 (três bilhões, novecentos e catorze milhões de reais), que está concentrada na Receita Tributária no valor de R\$ 1.666.000.000,00 (um bilhão, seiscentos e sessenta e seis milhões de reais) referente à arrecadação de IPTU, ISS, ITBI e taxas; Receita de Contribuições - R\$ 148.000.000,00 (cento e quarenta e oito milhões reais), Receita Patrimonial: aluguéis e rendimentos - R\$ 64.000.000,00 (sessenta e quatro milhões de reais), Transferências Correntes que é a arrecadação estimada para FPM, ICMS, IPVA, IPI, Convênios Federais e Estaduais - R\$ 1.489.000.000,00 (um bilhão, quatrocentos e oitenta e nove milhões de reais); Outras Receitas Correntes: multas, juros, dívidas e receitas de Fundos - R\$ 405.000.000,00 (quatrocentos e cinco milhões de reais); Operação de crédito: BNDES, PAC, BID, FINISA, PNAFM – R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), Alienação de Bens - R\$ 57.000.000,00 (cinquenta e sete milhões de reais); Transferências de Capital: Convênios Federais e Estaduais - obras e equipamentos - R\$ 126.000.000,00 (cento e vinte e seis milhões de reais); Outras Receitas de Capital – R\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais) e as Deduções para a Retenção do FUNDEB (IPI, ICMS, IPVA) – R\$ 208.000.000,00 (duzentos e oito milhões de reais). Pontuou que a maior concentração está na Receita Tributária em 43%, seguida das Transferências Correntes em 38%. Em sequência, explicou a composição da receita por fonte de recurso da administração direta, que compreende em: tesouro R\$ 2.560.000.000,00 (dois bilhões, quinhentos e sessenta milhões de reais); transferências e convênios estaduais R\$ 446.000.000,00 (quatrocentos e quarenta e seis milhões de reais); fundos especiais de despesas R\$ 315.000.000,00 (trezentos e quinze milhões de reais); transferências e convênios federais R\$ 460.000.000,00 (quatrocentos e



sessenta milhões de reais) e operações de créditos R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais). Demonstrou uma representação gráfica da composição da receita por fonte de recurso, onde destacou o tesouro representando 66%, transferências e convênios federais 12% e transferências e convênios estaduais 11%. Dando sequência, discriminou a despesa da administração direta: despesas correntes R\$ 3.031.000.000,00 (três bilhões e trinta e um milhões de reais); despesas de capital R\$ 709.000.000,00 (setecentos e nove milhões de reais); repasses financeiros R\$ 161.000.000,00 (cento e sessenta e um milhões de reais) e reserva de contingência R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), perfazendo um total de R\$ 3.914.000.000,00 (três bilhões, novecentos e catorze milhões de reais). Detalhou os repasses financeiros do tesouro, ficando: Câmara Municipal - R\$ 111.000.000,00 (cento e onze milhões de reais), Fundação Assistência à Infância de Santo André - R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), Instituto de Previdência de Santo André - R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e Serviço Municipal de Saneamento Ambiental - R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), somando um total de R\$ 161.000.000,00 (cento e sessenta e um milhões de reais). Ilustrou a despesa orçamentária por secretaria / fonte citando: Secretaria de Educação com total de R\$ 940.800.000,00 (novecentos e quarenta milhões e oitocentos mil reais), Secretaria da Saúde R\$ 905.760.000,00 (novecentos e cinco milhões, setecentos e sessenta mil reais), Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos R\$ 417.190.000,00 (quatrocentos e dezessete milhões, cento e noventa mil reais), Secretaria de Inovação e Administração R\$ 354.140.000,00 (trezentos e cinquenta e quatro milhões, cento e quarenta mil reais); Secretaria de Gestão Financeira R\$ 382.030.000,00 (trezentos e oitenta e dois milhões e trinta mil reais), Secretaria de Mobilidade Urbana um total R\$ 212.530.000,00 (duzentos e doze milhões, quinhentos e trinta mil reais). Secretaria Habitação e Regularização Fundiária R\$ 101.290.000,00 (cento e um milhões, duzentos e noventa mil reais); Secretaria e Segurança Cidadã R\$ 84.760.000,00 (oitenta e quatro milhões, setecentos e sessenta mil reais), Secretaria de Assistência Social R\$ 69.440.000,00 (sessenta e nove milhões, quatrocentos e quarenta mil reais); Secretaria de Meio Ambiente R\$ 55.560.000,00



(cinquenta e cinco milhões, quinhentos e sessenta mil reais), Secretaria de Planejamento Estratégico e Licenciamento R\$ 42.210.000,00 (quarenta e dois milhões, duzentos e dez mil reais); Secretaria de Cultura R\$ 37.690.000,00 (trinta e sete milhões, seiscentos e noventa mil reais), Secretaria de Esporte e Prática Esportiva R\$ 35.990.000,00 (trinta e cinco milhões, novecentos e noventa mil reais) e demais Secretarias. O total geral corresponde a R\$ 3.752.740.000,00 (três bilhões, setecentos e cinquenta e dois milhões, setecentos e quarenta mil reais), sendo o tesouro R\$ 2.398.890.000,00 (dois bilhões, trezentos e noventa e oito milhões, oitocentos e noventa mil reais) e recursos externos R\$ 1.353.860.000,00 (um bilhão, trezentos e cinquenta três milhões, oitocentos e sessenta mil reais). Seguindo, discorreu sobre o financiamento dos investimentos da administração direta, sendo: tesouro R\$ 337.090.000,00 (trezentos e trinta e sete milhões e noventa mil reais); Operações de Créditos R\$ 120.910.000,00 (cento e vinte milhões, novecentos e dez mil reais), Fundos Especiais de Despesas R\$ 115.440.000,00 (cento e quinze milhões, quatrocentos e quarenta mil reais); Transferências e Convênios Federais R\$ 97.940.000,00 (noventa e sete milhões, novecentos e quarenta mil reais) e somando com as demais fontes perfaz o total de R\$ 708.570.000,00 (setecentos e oito milhões, quinhentos e setenta mil reais). Após apresentou a despesa total da administração indireta: Instituto de Previdência de Santo André o valor de R\$ 716.000.000,00 (setecentos e dezesseis milhões de reais); Câmara Municipal de Santo André R\$ 111.000.000,00 (cento e onze milhões de reais); Serviço Municipal de Saneamento Ambiental R\$ 314.000.000,00 (trezentos e catorze milhões de reais); Serviço Funerário Municipal de Santo André R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais) e Fundação Assistência à Infância de Santo André R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais). Totalizando R\$ 1.177.000.000,00 (um bilhão, cento e setenta e sete milhões de reais). Apresentou a despesa orçamentária consolidada do município, representada em 76% a administração direta, sendo R\$ 3.753.000.000,00 (três bilhões, setecentos e cinquenta e três milhões de reais) e 24% a administração indireta mais a Câmara Municipal de Santo André R\$ 1.177.000.000,00 (um bilhão, cento e setenta e sete milhões de reais); totalizando R\$ 4.930.000.000,00 (quatro bilhões, novecentos e trinta



milhões de reais). Em seguida, citou a composição do anexo de metas fiscais: metodologia e memória de cálculo; avaliação do cumprimento de meta do exercício anterior; metas anuais 2025 – 2027; metas fiscais comparadas às fixadas nos três exercícios anteriores; evolução do patrimônio líquido; origem e aplicação dos recursos com alienação de ativos; estimativa e compensação da renúncia de receita e margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. Na sequência, falou sobre as projeções macroeconômicas sendo a variável: inflação IPCA ( % aa), em 2025, 3,51%, 2026, 3,50% e 2027, 3,50%. PIB real (crescimento % aa) em 2025, 1,75%, 2026, 2,00% e 2027, 2,00%. Evidenciou as metas fiscais atuais e dos três exercícios anteriores dos valores a preços correntes da receita e despesa total, apresentando os mesmos valores para ambas, no intuito de obter o equilíbrio entre a receita e despesa, sendo total em 2022, R\$ 3.420.000.000,00 (três bilhões, quatrocentos e vinte milhões de reais); 2023, R\$ 4.280.000.000,00 (quatro bilhões, duzentos e oitenta milhões de reais); 2024, R\$ 4.190.000.000,00 (quatro bilhões, cento e noventa milhões de reais); 2025, R\$ 4.350.000.000,00 (quatro bilhões, trezentos e cinquenta milhões de reais); 2026, R\$ 4.510.000.000,00 (quatro bilhões, quinhentos e dez milhões de reais) e 2027, R\$ 4.670.000.000,00 (quatro bilhões, seiscentos e setenta milhões de reais). Após, esclareceu os riscos fiscais e providências, no caso dos passivos contingentes, envolvendo demandas judiciais, dívidas em processo de reconhecimento e outros passivos contingentes, será utilizada a reserva de contingência para cobrir essas despesas no valor de R\$ 15.780.000,00 (quinze milhões, setecentos e oitenta mil reais); para os demais riscos fiscais, frustração de arrecadação, será utilizada a limitação de empenho até o limite de R\$ 112.280.000,00 (cento e doze milhões, duzentos e oitenta mil reais). Em sequência, mencionou alguns exemplos de prioridades e metas: Programa 41 – Atenção primária à saúde, ação 1035 – Implantação e/ou revitalização de unidade de atenção primária, com unidade de medida em percentual, o produto a ser realizado, unidade implantada e revitalizada, a meta física 100% e a meta financeira R\$ 3.401.000,00 (três milhões, quatrocentos e um mil reais). Ainda no programa 41, ação 2122 – Manutenção da rede de



atenção primária, com unidade de medida em unidade, o produto a ser realizado, unidade mantida, a meta física 60 unidades e a meta financeira R\$ 96.699.000,00 (noventa e seis milhões, seiscentos e noventa e nove mil reais). Programa 46 – Planos de ações articuladas para pessoas com deficiência, ação 2128 – Promoção de equidade e enfrentamento das violências, com unidade de medida em percentual, o produto: ações realizadas, a meta física 100% e a meta financeira R\$ 2.544.000,00 (dois milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil reais). Programa 58 – Mobilidade Urbana Sustentável, ação 1043 – Ampliação e remodelação do sistema viário do Programa Mobilidade Urbana com unidade de medida em percentual, o produto a ser realizado, via pública ampliada, a meta física 100% e a meta financeira R\$ 78.302.000,00 (setenta e oito milhões, trezentos e dois mil reais). Programa 70 – Educação Infantil, ação 2174 – Atendimento às unidades escolares – Educação Infantil, unidade de medida em unidade, o produto a ser realizado, unidade atendida, a meta física 100 e a meta financeira R\$ 134.948.000,00 (cento e trinta e quatro milhões, novecentos e quarenta e oito mil reais). Programa 75 – Uniformes Escolares, ação 2182 – Fornecimento de uniformes, com unidade de medida em número, o produto a ser realizado, aluno atendido, a meta física 42.100 e a meta financeira R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Programa 78 – Gestão do Patrimônio Histórico e Ambiental, ação 1061 - Patrimônio Histórico, com unidade de medida em percentual, o produto a ser realizado, patrimônio recuperado, a meta física 33,30% e a meta financeira R\$ 13.007.000,00 (treze milhões e sete mil reais). Programa 82 – Incentivo à criação artística, ação 2189 – Manutenção da Orquestra e equipamentos culturais, unidade de medida: número de pessoas, o produto a ser realizado, população atendida, a meta física 20.000 e a meta financeira R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais). Programa 86 – Habitação e Urbanismo de Interesse Social, ação 1069 – Urbanizações, unidade de medida: número de pessoas, o produto a ser realizado, urbanização executada, a meta física 1808 e a meta financeira R\$ 47.144.000,00 (quarenta e sete milhões, cento e quarenta e quatro mil reais). Posteriormente apresentou o resultado da consulta pública por eixos temáticos, destacando: 35 dos votos para a Segurança, 29 para a Saúde, 23 para a Educação, 21



para a Infraestrutura Urbana, 20 para a manutenção e zeladoria espaços públicos dentro de um total de 189 votos. Após a explanação, a Sra. Rosimary agradeceu a participação de todos e forneceu o endereço eletrônico: [orcamento@santoandre.sp.gov.br](mailto:orcamento@santoandre.sp.gov.br), para maiores esclarecimentos ou envio de sugestões e deu-se por encerrada a Audiência Pública pertinente à proposta de Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 – PLDO 2025 do Município de Santo André. Em seguida o presidente Valter Luiz da Silva (Vavá da Churrascaria) abre a palavra para questionamentos. Em seguida o vereador Ricardo Alvarez (Ricardo Alvarez) fala: eu li o documento que vocês enviaram para os vereadores, acho que foi público também, eu queria perguntar se nessa peça tem alguma previsão de arrecadação em relação à questão securitização da dívida, que é um projeto que está em trâmite aqui na Câmara, mas vi no jornal que a previsão de arrecadação é 320 milhões com a securitização, então eu queria saber se confere ou não e qual é o perfil dessa arrecadação da securitização. Também queria levantar uma questão, é uma leitura política minha muito particular do meu mandato, nós achamos que as ações do governo têm sido muito tímidas em relação à questão da emergência climática. Vi no orçamento inclusive na proposta da lei, o destrinchar do tema meio ambiente e eu vejo que ali tem um investimento muito pequeno em relação a isso, aí é uma posição política que eu diria de necessidade de incremento dos recursos nessa área, em função do apelo que esse tema tem tido, não só no Estado de São Paulo, mas no Brasil inteiro. A Câmara aprovou um empréstimo de 70 milhões, não lembro, do Banco do Brasil e eu vi no jornal que parece que foi assinado um documento de recebimento desse empréstimo, o projeto que a Câmara aprovou não continha nenhuma informação sobre os juros e o tempo de pagamento dessa dívida, eu queria informação a respeito disso, desse empréstimo e ele com certeza, não sei se o recurso todo foi incorporado no orçamento desse ano ou ele vem para o orçamento do ano que vem também, mas eu queria informações sobre esse empréstimo do Banco do Brasil. Também queria saber informações a respeito de uma política que o governo implementou já o ano passado e deu continuidade esse ano, em relação ao contingenciamento, isso, evidentemente, em função das expectativas de arrecadação não



alcançarem os seus objetivos, daí os cortes, então eu queria saber do contingenciamento. Por fim, apareceu no final aqui esses programas, não peguei o número, mas um programa de investimento para PCDs, mas eu queria saber se dá para detalhar se tem autismo ou não, como está essa questão, porque hoje tem uma demanda muito grande da questão para PCDs nas escolas, no atendimento às escolas, falta de profissionais de apoio às pessoas com deficiência nas unidades de ensino, queria saber se tem a ver com isso ou não. E o item 78, patrimônio, se desse para destrinchar o que significa esse investimento em patrimônio. Sr. Pedro Henrique Ruiz Seno fala: Vereador Professor Álvarez, vou tentar responder, se ficar alguma informação a ser acrescentada pode perguntar novamente. Primeiro sobre a securitização, a securitização, apesar de não ser um projeto tão novo ficou parado por muito tempo, é o projeto de lei complementar, a gente está aprovando, para quem não sabe, a gente está aprovando uma lei municipal aqui na Câmara de Santo André sobre a securitização da dívida do município, mas o projeto de lei que está sendo discutido, que foi apresentado aqui na Câmara Municipal, ele basicamente é, boa parte, uma replicação do projeto de lei complementar 459 de 2017, que está sendo discutido à nível federal, foi aprovado na Câmara, no Senado em Brasília e agora está em vias de sanção pelo presidente Lula. Esse projeto, o 459 de 2017, era um projeto de autoria do então senador José Serra, ele ficou muito tempo parado, ele era um projeto de 2017 e ficou em torno de 6 a 7 anos sem tramitação, acho que desde 2020 sem tramitação, se consultar no site do Senado. E agora ele foi repassada a relatoria desse projeto para o Deputado Federal Alex Manente, da nossa região, ele foi aprovado na Câmara do Senado e está em vias de sanção pelo presidente. O nosso objetivo foi antecipar um pouco essa discussão no município de Santo André, por que a gente entende que o projeto de lei da securitização da dívida é uma forma de a gente trazer novos recursos que não estão previstos atualmente, porque basicamente ele é a gente fazer um estudo da dívida e aí, Alvarez, comentando um pouco do seu questionamento, apesar do jornal, saiu no Diário do Grande ABC, que eu tenha visto, a aprovação desse projeto de lei em primeira votação aqui na Câmara, a notícia inclusive fala, que apesar de o município não ter informado a expectativa



de arrecadação, estima-se que ele venha a arrecadar 230 milhões, porque 20%, na verdade isso está na mensagem legislativa que a gente colocou, o valor total da dívida que a gente enxerga que pode ser discutida nessa securitização é em torno de 2 bilhões e 300, que é quase toda a nossa dívida ativa não recuperável. O objetivo dela, a gente tem dívidas e fizemos até conversas sobre isso, no caso do Moinho São Jorge, a gente tem dívidas que foram geradas há décadas no município, que não têm expectativa nenhuma de arrecadação, dívidas de massas falidas, de empresas que mudaram de donos, que o município, com os instrumentos próprios tem dificuldade de arrecadas. Então a gente tem dívidas de 10, 20, 30 anos que foram geradas sem expectativa nenhuma de arrecadação, já foi tentado protesto, buscar os sócios dessas empresas, CNPJs que foram criados a partir de CNPJ antigo e a gente já extinguiu todos os meios administrativos e judiciais possíveis de arrecadação, são dívidas que quase em sua totalidade ajuizadas em cobrança judicial. O objetivo é que a gente faça o estudo dessa dívida, a gente pretende agora, como foi um projeto que acabou avançando com bastante rapidez, tendo ficado parado por muitos anos no Senado, a gente antecipou essa discussão em Santo André e o objetivo agora é fazer um estudo para precificar a dívida, a gente saber se essa dívida é, em sua maioria, é uma dívida podre de 2 bilhões e 300, quanto disso efetivamente é recuperável, em especial, com os mecanismos melhores e mais eficientes que os bancos privados têm de cobrar, então se essa dívida vai valer 100, 200, 300, 400, 500 milhões, 1 bilhão, esse estudo que vai ser feito da dívida, após autorização legislativa da Câmara, que a gente entende claramente que há necessidade prévia de uma autorização legislativa para que a gente possa então fazer esse estudo, precificar a dívida e então abrir essa discussão com o mercado privado. Sobre emergências climáticas, na verdade não temos tantos recursos de fonte 1 de tesouro disponíveis para essa ação, porque grande parte das ações estão concentradas numa operação de crédito que a gente fez já há alguns anos da CAF, da Cooperação de Fomento, que é um projeto de 50 milhões de dólares de financiamento, que já está sendo gasto, com 50 milhões de dólares de contra partida, e as ações estão sendo executadas, a gente tem o projeto dos bueiros inteligentes, onde a gente e tem 560 bocas

de lobo inteligente com sensor que diz quando essa boca de lobo está com 80% da capacidade obstruída. Antigamente a gente tinha uma programação semanal ou mensal de limpeza dessas bocas de lobo, hoje a gente limpa as bocas de lobo conforme elas vão enchendo e faz com que a ação de limpeza seja muito mais efetiva, e a gente sabe que muitos problemas que a gente tem de enchente são baseados especialmente nessas bocas de lobo que acabam ficando entupidas e a água acaba não tendo para onde escoar. Tempos esse projeto, temos a urbanização do córrego Caçaquera que está sendo feita agora, que também era uma área bastante problemática, temos o piscinão do parque da juventude, que é um projeto que também está avançando. É uma série de projetos, eu não tenho conhecimento à fundo, porque eles são tocados pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos, mas quase que a totalidade dos projetos que envolvem essa ação de combate aos problemas climáticos estão dentro desses recursos do projeto da CAF. O terceiro sobre as aprovações de crédito, a gente aprovou recentemente duas operações de crédito, uma operação de crédito de 25 milhões de reais e uma operação de crédito de 67 milhões de reais, ambas com o Banco do Brasil. Todos esses recursos, são 92 milhões reais no total, eles vão ser investidos em infraestrutura. As duas operações foram aprovadas pela Câmara Municipal, a de 25 milhões há um tempo atrás e a de 67 milhões bem recentemente, a de 25 milhões vai ser utilizada basicamente para 3 projetos, o primeiro projeto para a reforma da nossa praça de atendimento e dos andares térreos da prefeitura, térreo 1, térreo 2 e térreo 3, mas especialmente na área de atendimento ao cidadão. Vai ser utilizado para a reforma da nossa sede de operações integradas, o COI, e vai ser utilizado para a construção de uma central de beneficiamento de resíduos da construção civil. Os 25 milhões vão ser usados única e exclusivamente para esses 3 projetos, inclusive isso está colocado no próprio projeto de lei que foi aprovado por essa casa. A operação de 67 milhões é um pouco maior e envolve basicamente operações de infraestrutura urbana, uma boa parte, em torno de 30 e 35 milhões deve ser utilizado para asfalto, para o programa Rua Nova e o programa de tapa buraco da prefeitura de Santo André, e as outras ações para obras de infraestrutura em geral, que o prefeito, inclusive, há 10 ou 15 dias atrás fez



uma coletiva de imprensa detalhando esses investimentos. A pergunta do Professor Ricardo Alvarez era mais voltada à questão das condições da operação, eu abri aqui os dois contratos assinados, que são públicos, podem ser inclusive acessados também pela Câmara Municipal, é uma operação de crédito para ser quitada em até 10 anos, com uma taxa de juros que varia de 4,5% a 2% ao ano, é uma taxa bastante baixa, subsidiada, exatamente porque ela é voltada para infraestrutura do poder público municipal, basicamente é isso, é essa a taxa de juros e o abatimento dela em até 10 anos, um total de 92 milhões. O item 4 sobre o contingenciamento da dívida, que é uma ação administrativa que a gente faz de gestão do orçamento para que a gente possa avaliar se efetivamente o recurso arrecadado vai entrar, o orçamento municipal de 2024, que eu tenho os números mais frescos, é um orçamento de fonte 1 de 2,547 bi e não vou lembrar, 1 bi ou 2 bi e pouco de fontes externas, as fontes externas, a gente tem uma ação que a gente faz há muitos anos, uma ação da nossa gestão, do nosso mandato, de contingenciar quase a totalidade dos recursos que a gente vai liberando conforme eles vão entrando, porque a gente não tem a garantia total de que os recursos vão entrar, então para que a gente não efetivamente cumpra um problema, uma ação proibida da lei de responsabilidade fiscal, para que a gente faça despesa sem prévio empenho, a gente contingencia o recurso, para que ele não possa ser empenhado e gasto pelas áreas, uma vez que esse recurso entra nos cofres, a gente libera o orçamento. Como o recurso do tesouro a gente tem um controle um pouco maior, o orçamento de 2024, 2,547 bi, o orçamento previsto para 2025, se não me engano, 2,559bi, a gente tem um controle maior, porque são receitas, em sua maioria, receitas próprias, IPTU, ICMS, IPVA, ISS, etc., a gente não faz o contingenciamento completo, a gente contingencia aí na faixa de 10 a 15% do orçamento para que a gente, conforme o ano vai passando e a gente vai vendo efetivamente a entrar os recursos e atualizando essa previsão, a gente passa a liberar, então na verdade não é um congelamento, não é um bloqueio, não é uma anulação, não é um cancelamento de recursos, é um contingenciamento, uma simples trava administrativa e que conforme esses recursos vão entrando em caixa, a gente vai efetivamente liberando e permitindo que as



áreas façam os seus empenhos, até para a gente tem um controle um pouco maior, até o ano passado a gente fazia liberações para as áreas quadrimestrais, então em janeiro as áreas já tinham os recursos liberados para executar durante 4 meses, em abril para os 4 meses seguintes, em agosto só 4 meses finais do ano, esse ano, até por ser o último ano do prefeito e a gente ter que entregar as contas no azul para que o próximo prefeito tenha uma gestão a se executar com tranquilidade, a gente tem feito liberações bimestrais, então a gente libera em janeiro as despesas para as áreas para janeiro e fevereiro, em fevereiro para março e abril, em abril para maio e junho, então a gente tem feito um controle muito próximo, muito efetivo, para que efetivamente a gente não tenha problemas orçamentários não só para o nosso prefeito atual, quanto para o próximo. A última questão que eu tinha anotado, sobre o programa de PCDs, eu não conheço, para ser sincero, tanto a fundo, como a gente fica muito na gestão orçamentária macro, de forma geral. Essa é a ação, Secretaria de Pessoa com Deficiência, a ação dela, 2128, que o Professor Ricardo colocou, promoção da equidade e enfrentamento das violências contra as pessoas com deficiência, é uma ação que tem previsão de 2,544 milhões. Não tem ação em sala de aula, provavelmente é uma política que envolve a Secretaria da Educação e Secretaria de Pessoas com Deficiência. Peço desculpas, Professor, mas não conheço tanto a fundo a matéria em si da pasta para poder opinar. Sobre patrimônio, a gestão do patrimônio público, na verdade, está colocado aqui, a ação, Paranapiacaba. A gente não tem o detalhamento específico dessa ação, mas na verdade a gente tem feito um dos pilares da gestão do prefeito, é a gente ter feito o resgate desse tal do patrimônio público, a gente tem em 2018, inclusive, a reforma estrutural do prédio executivo, concatenando com a sua questão sobre operação de crédito, dos 25 milhões, desses 25 milhões, 17 fora especificamente da reforma das áreas de atendimento, que envolvem patrimônio público está diluídas entre as áreas, a secretaria de inovação e administração, que é uma das duas pastas as quais eu estou à frente, uma boa parte dos nossos recursos e ficam no departamento de apoio administrativo, está diluído em orçamento, especificamente para reforma e gestão do patrimônio do centro cívico, é uma ação que acaba ficando diluída nos orçamentos de todas



as pastas. Vereador Ricardo Alvarez (Ricardo Alvarez) – Fazer um pedido, aproveitar a presença do secretário, na primeira votação do projeto da securitização da dívida, foi aprovado em primeira, mas vários vereadores levantaram a questão de que surgiram dúvidas em relação ao projeto e nós pedimos adiamento por 1 sessão para tentar sanar as dúvidas e a base do governo decidiu mesmo assim votar e foi conversado aqui que iam pedir para que alguém da secretaria, não sei se o próprio secretário, viesse na terça-feira que vem, antes da segunda votação, que vai ser terça-feira de manhã. Não sei se isso chegou ao conhecimento da Secretaria, mas aproveitando em público solicitaria que alguém da nossa secretaria viesse aqui conversar com os vereadores, porque não foi só minha dúvida, outros vereadores também levantaram questionamento, então para deixar esse convite para que alguém da secretaria viesse na terça-feira que vem de manhã aqui.

Sr. Pedro Henrique Ruiz Seno fala: A gente tem uma área específica que lida com as questões dos vereadores, que tratam das pautas que estão em discussão na Câmara. Foi colocado para nós e de qualquer forma, a secretaria de gestão financeira está à disposição não só durante a sessão, mas estamos abertos até a sessão de terça-feira, seja hoje, seja segunda-feira, eventualmente para fazer alguma apresentação. É um projeto ainda muito novo, nós também temos algumas dúvidas que a gente vai dirimir efetivamente depois que houver a autorização do Legislativo, pela necessidade de a gente ter a aprovação dos vereadores para que essa discussão avance, a gente também vai avançar muito quando a gente fizer esse estudo específico de precificação da dívida, a gente precisa da autorização legislativa para que a ação por parte do poder público aconteça, após essa ação, a gente vai começar um estudo e a gente quis antecipar essa discussão aqui em Santo André frente a outros municípios, porque quanto antes houver a aprovação do Legislativo, antes efetivamente a gente pode começar a transformar esses recursos, que hoje são não recuperáveis, em políticas públicas efetivas para a cidade, quanto antes a gente tiver a aprovação, quanto antes começar o estudo de precificação da dívida, antes a gente vai ter a entrada dos recursos nos cofres e antes a gente vai poder atender às demandas de políticas públicas da cidade, mas, obviamente, como eu disse, a gente está à disposição



não só durante as sessões, mas todos os dias em horário comercial, fora do horário se for possível, se for necessário, para tirar as dúvidas dos vereadores não só sobre essa pauta, mas sobre qualquer uma, Sr. Ricardo, como o senhor sabe bem, a gente é, a Secretaria de Gestão Financeira, eu, especificamente, sou muito acessível, estou pela disposição até pelo WhatsApp para a gente conversar, discutir a pauta que for, sempre à disposição. Sr. César – Só para entender, você comentou, secretário, que a prefeitura faz o contingenciamento desses recursos que não são próprios, que vêm de outras fontes de recursos e que vai liberando aos poucos. Ano passado teve um contingenciamento, se eu não me engano, em torno de 20 e poucos por cento em outubro, se eu não me engano. Esse ano, nós tivemos acho que 2 contingenciamentos, um, se eu não me engano, em janeiro, e outro no final de fevereiro, começo de março, somados equivaleriam entorno de 30%, eu não tenho certeza, estou tentando resgatar de memória, mas tiveram 2 contingenciamentos no orçamento esse ano. Eu queria te perguntar o seguinte: já teve algum ajuste com relação a esses contingenciamentos? Esses valores, por exemplo, no final do ano passado teve bloqueio, depois esses valores foram liberados? Quanto foi liberado desse contingenciamento? Esse ano, como que isso está tramitando? Teve liberação? Não teve liberação? Porque se a disponibilização está sendo feita, a princípio, de 2 em 2 meses, a gente já está no meio do ano e já faz 6 meses que houveram contingenciamentos para saber se teve liberação desses recursos. Outra coisa, é que no começo do ano, o tribunal de contas informou que acho que mais de 95% do orçamento de Santo André estava comprometido com gastos correntes, Santo André era a segunda cidade mais endividada do estado com gastos correntes acima dos 95%, que é o limite máximo. A previsão, a partir do que está previsto nas diretrizes orçamentárias, é que esse cenário melhore, piore? Porque quando a gente olha para o endividamento geral do município, a gente vê que vem tendo um aumento no endividamento geral de Santo André, e daqui a pouco pode correr o risco de você não ter mais liquidez para empenhar recursos para despesas correntes, muito menos para investimentos e para os pagamentos dos empréstimos que estão sendo tomados pelo município. Só para esclarecer essas questões.

Sr. Pedro Henrique Ruiz Seno – Vou pedir só 1 minutinho para abrir uma planilha para falar sobre essa questão dos gastos correntes, que é o nosso queridíssimo artigo 167a da Constituição. Enquanto abro a planilha vou falar sobre a questão do contingenciamento. No final do ano passado a gente soltou um decreto de contenção de gastos, mas não de contingenciamento, a gente sempre contingencia o orçamento no começo do ano, exatamente nessa linha, a gente contingencia no orçamento do ano para, conforme o ano vai avançando, a gente vai liberando esses contingenciamentos. A gente soltou nosso decreto atual, de contingenciamento a gente soltou dia primeiro de fevereiro, que é o decreto número 18236 de 2024, onde a gente contingenciou, dos 4 bi e alguma coisa, a gente contingenciou 1,382 bi, esse 1,382 bi, mais de 80% desse valor é de fontes externas, exatamente por causa disso, como a gente não tem controle sob a entrada de fontes externas, a gente contingencia quase a totalidade para garantir que a gente só gaste recurso se efetivamente o recurso entrar. Da fonte 1, não vou lembrar o valor, pode fazer um pedido de detalhe via lei de acesso à informação, Professor Alvarez também pode fazer, a gente contingenciou em torno de 150, 180 milhões de fonte 1 e a gente contingencia no começo do ano para que durante o ano, conforme o recurso for entrando, a gente libere. Então em outubro do ano passado a gente não contingenciou, no começo desse ano sim, mas é essa a estratégia, a gente só liberar o recurso efetivo para gasto, uma vez que a gente tenha garantia de que ele efetivamente vai entrar. As fontes externas a gente contingencia grande parte delas, porque a gente tem quase que nenhum controle sobre a entrada dos recursos e a fonte própria a gente contingencia um pedaço pequeno porque a gente garante que 80%, 90% dos recursos previstos vão entrar. No de 24, no orçamento atual, a gente contingenciou 1,382 bi, sendo 267 milhões de recursos próprios e 1,115 bi de recursos externos, então recursos externos não a totalidade, mas uma grande parte e recurso próprio, de novo, 267 milhões, em torno de quase 10%, no orçamento previsto de 2,547bi esse ano, contingenciamos 267, em torno de 10% da fonte 1. Sobre a questão do 67a, você tem razão, era uma preocupação nossa no final do ano, eu reassumi a secretaria de gestão financeira pela segunda vez em outubro e uma das minhas primeiras





preocupações foi esse artigo 67A da Constituição que diz que a gente não pode gastar mais de 95% da receita corrente com despesas correntes, o raciocínio é: toda despesa de capital, toda receita de capital que a gente arrecada, ela tem que ser integralmente gasta em despesa de capital, investimento, das receitas correntes, a gente não pode ultrapassar o limite de 95% com gasto corrente, porque o raciocínio do Tribunal é que você tem que ter pelo menos uma margem da receita corrente para ser investido em obras de infraestrutura, de melhorias no município, e a gente estava realmente ultrapassado esse artigo 167A da Constituição, tanto que a gente não assinou as operações de crédito de 67 milhões, de 25 milhões que a gente comentou, que foram questionamento do professor Alvarez, porque a gente não estava cumprindo o artigo 167A da Constituição, a gente até poderia assinar, o Tribunal de Contas pede para a gente uma declaração, mas a gente foi responsável no sentido de que enquanto a gente não entrasse de novo dentro desse artigo, a gente não ia assinar efetivamente para não virem a criar um problema de investir mais no município, porque boa parte dos investimentos, como você mesmo colocou, geram custeio, o projeto, por exemplo, do Hospital Veterinário é fantástico, incrível o primeiro Hospital Veterinário público municipal é do Grande ABC, está sendo super bem utilizado, super bem visto, trazendo benefício grande para a população, que muitas vezes tinham que ir para São Paulo para cuidar dos pets, quem não tinha condição de pagar por conta própria e a gente tem hoje um hospital desse no Grande ABC em Santo André, mas obviamente, a construção do hospital, que é um investimento, gera um custeio obviamente, está sendo custeado pela Secretaria de Meio Ambiente sem nenhum problema. A questão do artigo 167A que você comentou, a gente chegou, em dezembro, eu assumi em outubro, o nosso percentual do artigo 167A, que é essa relação de receita corrente e despesa corrente, estava em 95.34, a gente não tinha atingido esse percentual em agosto, setembro e outubro, em outubro estava em 95.34, em novembro ele passou para 94,61, voltou a estar dentro dos 95%, em dezembro a gente ultrapassou de novo, vou para 97,25%, porque em dezembro a gente, além de ter a despesa do mês, a gente ainda arrasta o restos a pagar que a gente arrasta para o ano seguinte, que são despesas liquidadas e que a gente só vai



fazer o pagamento com o recurso do ano seguinte, mas de janeiro para cá, todos os meses a gente atingiu o artigo 167A. Em janeiro o percentual foi de 93.80, em fevereiro foi de 91.13, em março foi de 89.78, baixamos de 90%, em abril 89.29, em maio 89.05, então nos últimos 5 meses a gente ficou dentro, sendo a os últimos 3 meses, março, abril e maio, a gente ficou abaixo dos 90%, então de janeiro a maio 93.80, 91.13, 89.78, em abril 89.28 e em maio 89.05. Essas são as nossas prévias, são os percentuais calculados a partir dos valores de receita e despesa que a gente informa ao tribunal de contas, mas a gente tem, como eu falei, feito esse ajuste para reduzir a despesa corrente e aumentar, obviamente, o investimento, porque o recurso, tudo que entra ele é gasto, e o nosso objetivo é gastar menos com despesas correntes e mais com investimento, mas desde janeiro estamos dentro do percentual, tanto que isso possibilitou que a gente assinasse as duas operações e estamos super preocupados e trabalhando esses percentuais, porque isso é não só importante para o município, mas também para as contas do nosso Prefeito Paulo Serra. O Presidente Valter Luiz da Silva (Vavá da Churrascaria) – Agradeço a presença dos vereadores, Daniel Buissa, Márcio Colombo, Professor Ricardo Alvarez. Agradeço a Rosemary pela explanação, ao Pedro, a Dona Marília, obrigado pelas explanações, isso é muito importante para o nosso município e inclusive para a Câmara, porque a Câmara ela tem bastante questionamento a respeito de todas as coisas que envolvem dinheiro, mas são sempre muito bem esclarecidas. Sr. Pedro Henrique Ruiz Seno – Quero agradecer a presença da Marília, muito importante a participação da Secretaria de Planejamento Estratégico, porque tudo que a gente está executando, a execução do orçamento nada mais é do que a sequência de um planejamento feito pela Secretaria de Planejamento Estratégico. Aproveitar para cumprimentar aqui o Pedro Henrique Dias Barbieri, que hoje é o nosso diretor de planejamento estratégico da saúde, mas passou por diretor de planejamento estratégico aqui da secretaria e o trabalho que a Marília. É muito importante porque dá um norte exatamente de onde o recurso vai ser gasto, então a gente sempre convida as pessoas que acompanham ou aqui ou a transmissão da nossa audiência para participar das atividades que envolvem a construção do plano de metas, dentro do Santo



André 500 anos, aproveitar para cumprimentar o trabalho que o Daniel fez nesse processo que a gente fez ano passado de escuta pública, fomos em todas as regiões da cidade, discutimos o planejamento na prática, no tete à tete com o cidadão e o Daniel foi um dos líderes desse trabalho de consulta pública que a gente fez na cidade, com as audiências presenciais. Então é muito importante que as pessoas da cidade acompanhe a discussão do plano de metas, porque tudo que a gente executa, planeja no orçamento está causado no planejamento que vai pensar como a cidade vai estar quando ela completar 500 anos em 2053, em 29 anos. Muito importante a discussão do plano de metas, o acompanhamento dessa discussão, porque uma vez que o plano de metas está bem organizado, as audiências aqui da LDO e da Loa vão ser basicamente seguir o que está sendo planejado pelo governo, não só pelo nosso governo, mas pelos próximos que viram à frente. Sra. Marília – Falar sobre a parte de mudanças climáticas. Na próxima semana de manhã, a gente vai fazer a apresentação do inventário de gases de efeito estufa e vai abrir uma série de seminários de Santo André Pelo Clima apresentando todas essas propostas, seja elas práticas, como o Pedro colocou, da secretaria da infraestrutura e serviços urbanos, ou esses diagnósticos que são fundamentais para a tomada de decisão quando se fala em adaptação e mitigação climática. Fica o convite, é do interesse de todos aqui da Câmara, para acompanhar esses dados que a gente vai receber do ICLEI, que é uma entidade focada nesse aspecto de mudanças climáticas. O Presidente Valter Luiz da Silva (Vavá da Churrascaria), não havendo mais perguntas, faz os agradecimentos finais e declara encerrada a audiência pública às **onze horas e seis minutos**, da qual eu, Adriana Montealto Carneiro, Técnica Legislativa em Taquigrafia, lavrei a presente Ata que lida e achada conforme, segue assinada: Presidente desta Audiência integrantes presentes do Executivo Municipal.

VALTER LUIZ DA SILVA (VAVÁ DA CHURRASCARIA)

Presidente desta Audiência



EDGAR BRANDÃO JÚNIOR  
Secretário Adjunto de Gestão Financeira da PMSA

ROSIMARY DE MORAES SILVEIRA  
Diretora do Departamento de Orçamento e Planejamento da PMSA